



REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Ricardo Ayres)

Requer a realização de Sessão Solene, no Plenário da Câmara dos Deputados, em homenagem aos Cinco Anos de Vigência da Lei nº 13.988/2020 – Lei da Transação Tributária.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação de Sessão Solene em homenagem em comemoração aos cinco anos de vigência da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no dia 27 de agosto.

Este importante diploma legal, que estabelece os requisitos e as condições para a transação resolutiva de litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, completou seu quinquênio em 14 de abril de 2025, representando um marco significativo na modernização das relações entre o Fisco e os contribuintes.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo propor a realização de sessão solene na Câmara dos Deputados a fim de homenagear a vigência da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 – Lei da Transação Tributária.

A Lei nº 13.988/2020 introduziu modalidades de negociação como a transação na cobrança de créditos da União e de suas autarquias e fundações públicas, a transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, e a transação por adesão no contencioso de pequeno valor. Tais mecanismos têm se mostrado ferramentas eficazes para a recuperação de créditos, a redução da litigiosidade e a promoção da conformidade fiscal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

A relevância desta legislação é corroborada por dados concretos. Conforme o relatório "PGFN em Números (2025)", da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, "Parte considerável dos recursos recuperados foi resultado da consensualidade, materializada pela transação tributária. Essa é a política pública que visa a regularização da dívida de forma justa e adequada à situação econômico-financeira do devedor, contribuindo, ainda, para que ele atinja a conformidade tributária. Quando realizamos transações com as mais diversas empresas, promovemos a regularidade fiscal, possibilitamos a continuidade de negócios e a manutenção de empregos. E não podemos esquecer que os valores recuperados do salário-educação viabilizam o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garante, muitas vezes, a única refeição diária de muitas crianças."

Ainda segundo o mesmo relatório, até o ano de 2024, apenas no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foram celebrados 3,2 milhões de acordos, que totalizaram R\$777,1 bilhões em créditos negociados, demonstrando o impacto positivo e a ampla adesão aos instrumentos de transação.

Considerando o exposto, a celebração dos cinco anos da Lei nº 13.988/2020 por meio de uma cerimônia oficial seria uma oportunidade valiosa para reconhecer os avanços proporcionados por esta legislação, destacar os resultados alcançados, homenagear os atores envolvidos em sua implementação e sucesso, bem como fomentar o debate sobre os próximos passos para o aprimoramento contínuo dos mecanismos de resolução consensual de conflitos fiscais no país.

Diante do exposto, entende-se que a Casa não pode se furtar à homenagem ora pretendida, razão pela qual peço apoio aos pares para aprovar o presente requerimento.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2025.

Deputado Federal RICARDO AYRES
(REPUBLICANOS/TO)



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5676 | dep.ricardoayres@camara.leg.br





Requerimento de Sessão Solene

Deputado(s)

- 1 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
- 2 Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC/MG) - LÍDER do REPUBLIC
- 3 Dep. Mário Heringer (PDT/MG) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Pedro Campos (PSB/PE) - LÍDER do PSB

